

**A. I. Nº** - 269133.0105/04-6  
**AUTUADO** - MUNDO DO PAPEL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. (EPP)  
**AUTUANTES** - LUIZ GONZAGA SOUZA VAZ e JOSÉ CÍCERO DE FARIAS BRAGA  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/SUL  
**INTERNET** - 13. 05. 2004

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0150-04/04**

**EMENTA:** ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO DE MERCADORIA EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO ESTADUAL CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O contribuinte com inscrição cadastral cancelada está equiparado a não inscrito, devendo, quando adquirir mercadorias em outras unidades da Federação, recolher o imposto incidente sobre as operações subseqüentes, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território deste Estado. Não acolhida a alegação de nulidade do lançamento. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/01/04 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS no valor de R\$ 992,97, em decorrência da falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 24 e 25, alegando que o cancelamento de sua inscrição cadastral, por meio de edital e sem o seu conhecimento, cerceou o seu direito à ampla defesa e ao contraditório. Afirma que não respondeu à intimação a que se refere o inciso IX do artigo 171 do RICMS-BA/97 porque não a recebeu em seu endereço. Diz que tem endereço certo, conforme fotocópia de correspondência recebida (fl. 32).

Aduz que só tomou conhecimento de que estava em situação irregular quando foi lavrado o Termo de Apreensão que embasou a autuação. Afirma que, como não foi informado do cancelamento de sua inscrição cadastral, continuou exercendo as suas atividades comerciais normalmente. Assevera que o cancelamento da inscrição, dentro do embasamento legal (art. 171, inc. IX, do RICMS-BA/97), foi injustificado, o que é motivo para a improcedência do Auto de Infração. Ao final, solicita a revogação do Auto de Infração e a liberação das mercadorias.

A auditora designada para prestar a informação fiscal diz, às fls. 36 e 37, que não assiste razão ao autuado, pois o sujeito passivo deixou de atender programações específicas da SEFAZ e, por esse, motivo foi intimado para cancelamento e, depois de decorrido o prazo de vinte dias previsto no § 2º do art. 172, do RICMS-BA/97, foi então cancelada a sua inscrição cadastral, ficando o autuado impedido de comercializar, até que regularizasse a sua situação cadastral.

Explica que a intimação para cancelamento e o posterior cancelamento foram publicados no Diário Oficial do Estado através dos Editais nºs 27/2003 e 35/2003, não podendo o autuado alegar desconhecimento do assunto. Diz que, uma vez que o contribuinte foi flagrado comercializando em situação irregular, foi lavrado o Auto de Infração para exigir o ICMS acrescido da multa prevista. Ao final, opina pela procedência do Auto de Infração.

## VOTO

Inicialmente, saliento que, no presente lançamento, foi garantido ao autuado o direito à ampla defesa e ao contraditório, tendo o sujeito passivo exercido plenamente o seu direito. Dessa forma, não houve o alegado cerceamento do direito de defesa.

Adentrando no mérito da lide, ressalto que o Regulamento do ICMS do Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto nº 6284/97, (RICMS-BA/97), no seu art. 171, IX, prevê que a inscrição no CAD-ICMS será cancelada “quando o contribuinte deixar de atender a intimações referentes a programações fiscais específicas, eventualmente programadas e autorizadas”. No caso em lide, o extrato do INC – Informações do Contribuinte (fl. 8) mostra que o autuado foi intimado para cancelamento em 27/11/03. Nessa intimação para cancelamento, nos termos do § 1º do art. 171 do RICMS-BA/97, é concedido aos contribuintes o prazo de vinte dias para que sejam regularizadas as pendências.

Uma vez que o autuado não regularizou a sua situação no prazo regulamentar, a sua inscrição cadastral foi cancelada em 24/12/03. Tanto a intimação para cancelamento quanto o próprio cancelamento da inscrição foram publicados, por meio de editais, no Diário Oficial do Estado da Bahia, não havendo como o autuado alegar desconhecimento desse ato público da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. Dessa forma, o cancelamento da inscrição cadastral foi correto e ocorreu em conformidade com o que determina a legislação tributária estadual.

Tendo em vista que o autuado, no momento da ação fiscal, estava com a sua inscrição cadastral cancelada, ele se equiparava a contribuinte não inscrito e, portanto, quando adquirisse mercadorias em outras unidades da Federação, deveria recolher o imposto incidente sobre as operações subsequentes, por antecipação tributária, no momento do ingresso das mesmas no território deste Estado, o que não foi feito. Assim, entendo que a infração está devidamente caracterizada e que foi correto o procedimento dos autuantes.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269133.0105/04-6**, lavrado contra **MUNDO DO PAPEL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. (EPP)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 992,97**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de maio de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR